Órgãos de Administração Eleitoral nas Eleições de 2019: Notas Críticas

Ericino de Salema
22.11.2019

ESTRUTURA

Notas histórico-contextuais

Um modelo tipicamente moçambicano?

Princípios estruturantes dos órgãos de administração e gestão eleitoral

CNE nas eleições de 2019

Algumas sugestões

Notas histórico-contextuais

- Protocolo III do AGP (composição da CNE)
- Lei 4/93 (CNE somente para as eleições de 1994)
- Lei 4/97 (CNE como órgão “imparcial e independente”)
- Lei 20/02 (entrada da “sociedade civil” na CNE)
- Denominador comum: ausência de confiança!!!

Um modelo tipicamente moçambicano?

- Modelo Independente
- Modelo Governamental
- Modelo Judicial
- Modelo Misto
- Modelo moçambicano: “nem carne, nem peixe”
- Forte predominância do “elemento governamental”

Princípios estruturantes dos órgãos de administração e gestão eleitoral

- 1. Independência**, por força do qual o Órgão de Gestão Eleitoral não se subordina a qualquer outro órgão ou entidade;
- 2. Imparcialidade**, que implica que a composição e funcionamento do Órgão de Gestão Eleitoral não represente nenhum outro interesse, senão o interesse público;
- 3. Integridade**, que implica gerir os processos eleitorais como negócio público e com os mais elevados padrões de ética e protecção do bem comum;
- 4. Transparência**, que implica a publicidade dos actos do processo de recenseamento e eleitorais, bem como os demais actos da actividade próprio Órgão de Gestão Eleitoral;
- 5. Legalidade**, em virtude do qual a lei constitui o critério, o fundamento e limite dos actos dos Órgãos de Gestão Eleitoral;
- 6. Eficiência**, que implica a sustentabilidade organizacional e funcional dos Órgãos de Gestão Eleitoral;
- 7. Profissionalismo**, que implica a selecção dos membros dos Órgãos de Gestão Eleitoral através de critérios de mérito e capacidade, bem como o exercício da função por nomeação profissional definitiva;
- 8. Orientação pelo serviço público**, que implica que todo o interesse privatístico deve ser considerado estranho, ao que acresce o facto de as eleições serem uma plataforma para a consolidação da paz e da democracia.

❖ **Justiça e Credibilidade**

CNE nas eleições de 2019 (i)

- CNE enquanto único órgão de administração e gestão eleitoral (número 3 do artigo 135)
- Definição e natureza da CNE [artigos 2 e 3 da Lei da CNE, a Lei 6/2013 (alterada e republicada pela Lei 9/2014)]
- Competências da CNE: detalhadas em 34 pontos (artigo 9 da Lei da CNE)
- Jurisprudência do CC, em particular o Acórdão número 4/CC/2014, de 22 de Janeiro (atinentemente à validação e proclamação dos resultados das eleições dos órgãos das autarquias locais de 2013)

CNE nas eleições de 2019 (ii)

- ❑ **Supervisão do Recenseamento:** olhando para a CRM, lei e jurisprudência do CC, parece procedente que a CNE não esteve bem na gestão da actualização do recenseamento em 2019, com particular destaque para o círculo eleitoral de Gaza
- ❑ “Garantir que os recenseamentos e os processos eleitorais se organizem e se desenvolvam com ética e em condições de plena liberdade, justiça e transparência” – alínea a) do número 1 do artigo 9 da Lei da CNE

CNE nas eleições de 2019 (iii)

- ❑ “...a CNE é um autêntico órgão de administração eleitoral activa, com amplos poderes legais de intervenção em todas as fases e actos do processo eleitoral, com vista a garantir que os mesmos decorram em condições de Liberdade, justiça e transparência. **Isto significa que a CNE pode e deve, ex officio, proceder à fiscalização de quaisquer actos, quer do recenseamento, quer do processo eleitoral, adoptar, pontualmente, as diligências que julgar mais adequadas à reposição da legalidade eleitoral**, sempre e quando esta se mostre violada, seja por órgãos subalternos de administração eleitoral, seja por quaisquer outros actores dos processos eleitorais” – Acórdão número 4/CC/2014 (pág. 32)
- ❑ Actos Eleitorais: “**Distribuir formalmente cópias do edital e da acta original de centralização de apuramento geral**, devidamente assinadas e carimbadas, aos mandatários de cada candidatura”

Algumas sugestões

- CNE constituída por “agentes profissionais” (3, 5, ou 7 no máximo), exercendo um único mandato (9-11 anos)
- Instituição da obrigatoriedade de auditoria independente aos recenseamentos eleitorais
- Criação de um Tribunal Eleitoral e/ou impressão de reformas no CC (organização em secções, juízes seleccionados em concurso público e um único mandato)
- Harmonização legislativa, fora do “calor eleitoral”